

Brasil: o ajuste ou o colapso

Apesar da crise, a bolha do setor público ainda não desinflou e pode explodir nos próximos anos sem um profundo ajuste fiscal.

Greve dos caminhoneiros derruba atividade industrial gaúcha em maio

O cenário que emerge da crise dos caminhoneiros deve levar a um menor crescimento.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Brasil: o ajuste ou o colapso

Apesar da crise, a bolha do setor público ainda não desinflou e pode explodir nos próximos anos sem um profundo ajuste fiscal.

Antes da grande depressão brasileira, entre 2011 e 2014, muitos analistas na busca de encontrar uma explicação para a artificialidade do *boom* econômico, falavam em bolha no mercado imobiliário, bolha de crédito e de consumo. Entretanto, em diversas ocasiões chamamos a atenção que “verdadeira” a bolha estava se formando no setor público. Mesmo com o crescimento acentuado da receita, as despesas cresciam em maior velocidade e a maioria delas se concentrava em gastos obrigatórios, os quais possuem elevado grau de rigidez dentro do Orçamento Federal.

Inicialmente o superávit primário diminuiu, depois se descobriu que havia maquiagem nas contas e logo apareceram os déficits primários. Assim, a bolha começou a ficar mais visível. Os sucessivos *deficits*, a queda da atividade e a contabilização dos esqueletos dos anos anteriores levaram ao impressionante avanço da dívida pública. Contudo, mesmo com a crise profunda e a necessidade de ajuste durante o período recessivo, a bolha não começou a desinflar.

As despesas públicas no Brasil tendem a avançar como num efeito catraca, apenas para um lado, gerando uma rigidez para baixo. E, mesmo que não se crie novas despesas, existe um avanço vegetativo por conta da inflação, das aposentadorias, dos planos de carreira e da própria vinculação da despesa à receita.

Assim, nos últimos 12 meses terminados em abril, somente as Despesas Obrigatórias do Governo Central representaram 89% das Receitas Líquidas totais. Após pagar Benefícios Previdenciários, Pessoal e Encargos, Abono e Seguro Desemprego, entre outras despesas obrigatórias, restam ao governo menos de 11% do Orçamento, que é alocado entre Ministérios, Legislativo, Judiciário, Investimentos e os programas MCMV, PAC e Bolsa Família. Evidentemente que faltam recursos. A Despesa total do Governo Central já representa 112% da Receita Líquida total, e a má notícia é que o quadro tende a piorar bastante nos próximos anos, em linha com o aumento nos gastos de Aposentarias e Pessoal.

Em 2018, o Brasil completará o quinto ano consecutivo de déficit primário. Em outras palavras, há cinco anos o Governo não consegue fazer a despesa caber dentro da arrecadação de impostos. Assim, a dívida bruta passará de 56% para 75% do PIB entre 2014 e 2018. Conforme previsão do FMI, a dívida dos países emergentes será em média de 48% em 2018. O Brasil é um País jovem com ainda muito por construir, mas já possui um perfil de dívida de país maduro e desenvolvido.

Esse esgotamento fiscal não foi obra de apenas um governo. O problema é mais profundo e decorre de um

vício de origem. A Constituição Federal de 1988 foi generosa em conceder direitos e benefícios visando um estado de bem estar social que hoje sabemos é insustentável. A população, por sua vez, carente de atendimento em serviços públicos tem referendado nas urnas candidatos com propostas que elevam ainda mais o nível das despesas. Assim, sob a guarida da Lei, e atendendo o anseio da população, o Brasil se tornou um campo fértil para medidas populistas. O nosso encontro com o caos já estava marcado há muito tempo, o que as últimas administrações conseguiram foi antecipar essa data.

Chegamos num ponto sem volta, o ajuste fiscal do qual necessitamos para evitar o colapso não poderá mais ser realizado gerencialmente, apenas pelo executivo, ele demanda mudanças na regra do jogo. A Reforma da Previdência é o caso mais notório. Para a estabilização do *deficit* da Previdência, que não consegue resolver o problema, mas evita que ele continue piorando, será necessária mudar a Constituição Federal e para isso um grande apoio dos representantes da sociedade.

No médio prazo, precisaremos de cortes ainda mais profundos. A exemplo do que ocorreu recentemente na Grécia e em Portugal, precisaremos cortar aposentadorias, abrir espaço para dispensa de pessoal em carreiras não típicas de Estado. Precisaremos repensar privilégios que são mantidos sob o argumento de que são direitos adquiridos.

Mais do que nunca, a formação de expectativas da economia para os anos vindouros passará pelo campo das decisões políticas. Nos próximos anos, o Congresso Nacional precisará demonstrar a capacidade de endereçar esses problemas pensando na prosperidade do País, na “maioria sem voz” da população e nas gerações futuras, sem sucumbir às corporações e aos grupos de pressão arraigados no Orçamento Federal. Mais do que nunca a expectativa para a economia dependerá das regras estabelecidas no campo político.

A pesquisa da CNI: Retratos da Sociedade mostra que os brasileiros têm nutrido um profundo descontentamento com a classe política. Porém, caberá aos políticos eleitos em 2018 conduzir o ajuste e evitar o caos fiscal. Caso contrário, a solução, naturalmente, se apresentará de três formas: inflação, forte aumento de carga tributária e dívida. O aumento da inflação e dos impostos poderá ajustar as contas, mas deprimirá ainda mais a atividade econômica, além de aprofundar o flagelo social. O aumento na dívida significará pressão por taxas de juros mais elevadas, o que também leva à depressão e instabilidade econômica e social.

Greve dos caminhoneiros derruba atividade industrial gaúcha em maio

O cenário que emerge da crise dos caminhoneiros deve levar a um menor crescimento.

O Índice de Desempenho Industrial (IDI/RS) caiu 8,7% em maio em relação a abril, com ajuste sazonal, mostrando os primeiros impactos da greve dos caminhoneiros. Esse foi o segundo maior recuo da série iniciada em 2003, atrás apenas de dezembro de 2008 (-9,3%), levando o IDI/RS ao seu menor nível histórico.

Com exceção do emprego (+0,1%), a crise dos caminhoneiros impactou todos os componentes do IDI em maio, principalmente o faturamento real (-21,3%) e as compras industriais (-15,3%).

Forte impacto também foi percebido nas comparações anuais: ante o mesmo do ano anterior, o IDI/RS registrou em maio a maior queda desde outubro de 2016: -6,7%. Nessa métrica, destaque para a redução expressiva do faturamento real (-21,1%), que atingiu 16 dos 17 setores pesquisados, sendo as principais em Alimentos (-36,1%), Químicos e refino de petróleo (-31,6%), Veículos automotores (-11,2%), Couros e calçados (-21,4%) e Máquinas e equipamentos (-9,8%).

Com esse resultado, a alta do IDI/RS no acumulado do ano desacelerou de 3,5% em abril para 1,3% em maio, influenciada sobretudo pelas compras industriais (de +9,3% para +5,3%) e pelo faturamento real (de +7,7% para +1,3%). Nessa base de comparação, a UCI (+1,2 p.p.) e o emprego (+0,7%) também cresceram, enquanto as horas trabalhadas na produção ficaram estáveis. Somente a massa salarial real caiu: -2,3%.

Setorialmente, o avanço do IDI/RS no ano foi puxado, principalmente, por Veículos Automotores (+14,9%). Também influenciaram positivamente Produtos de metal (+6,5%), Alimentos (+1,4%), Tabaco (+3,4%) e Metalurgia (+8,7%). Os maiores impactos negativos foram dados por Máquinas e equipamentos (-2,8%), Químicos e derivados de petróleo (-2,1%), Couros e calçados (-1,3%) e Móveis (-2,6%). As quedas foram predominantes, em 10 dos 17 setores pesquisados.

Apesar das dificuldades, a indústria gaúcha, volátil e gradualmente, crescia até abril dentro do previsto para o ano. A greve dos caminhoneiros, porém, determinou quedas históricas e levou o nível de atividade ao seu menor patamar em 16 anos. Seus efeitos não devem ficar restritos a maio, dada as medidas tomadas pelo governo para solucionar a crise, ainda que parte das perdas possa ser revertida nos próximos meses.

De fato, além dos impactos fiscais dos subsídios, aprofundando a incerteza econômica, as medidas elevaram os custos (impostos e fretes) das empresas, gerando um choque negativo na confiança industrial, que, por sua vez, já declinava nos meses anteriores com a perda de ritmo da economia, a interrupção da agenda de reformas, a instabilidade externa e a indefinição eleitoral.

Assim, o cenário que emerge na esteira da crise dos caminhoneiros para indústria gaúcha tornou-se ainda mais adverso, devendo levar a um menor crescimento nos próximos meses.

Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul

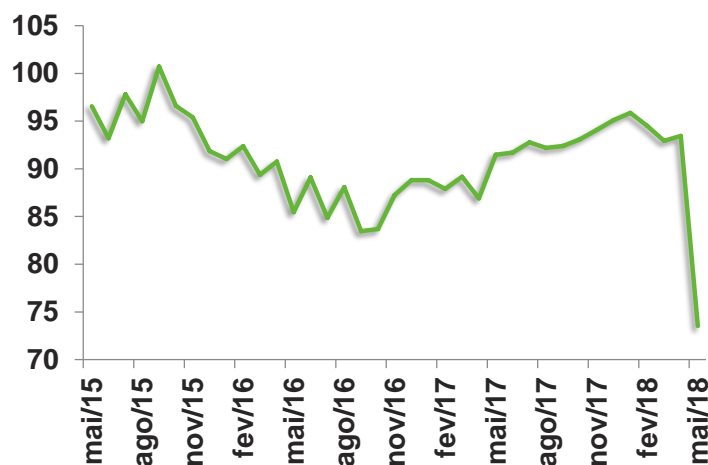
(Variações em % – maio de 2018)

| | Variação % | | |
|---------------------------------|------------|------------------|---------|
| | Mês* | Mês ano anterior | Ac. ano |
| Índice de desempenho industrial | -8,7 | -6,7 | 1,3 |
| Faturamento real | -21,3 | -21,1 | 1,3 |
| Horas Trabalhadas na produção | -2,2 | -3,7 | 0,0 |
| Emprego | 0,1 | 1,2 | 0,7 |
| Massa salarial real | -0,4 | -1,7 | -2,3 |
| UCI (p.p.) | -2,3 | -1,7 | 1,2 |
| Compras Industriais | -15,3 | -8,6 | 5,3 |

* Dessazonalizado

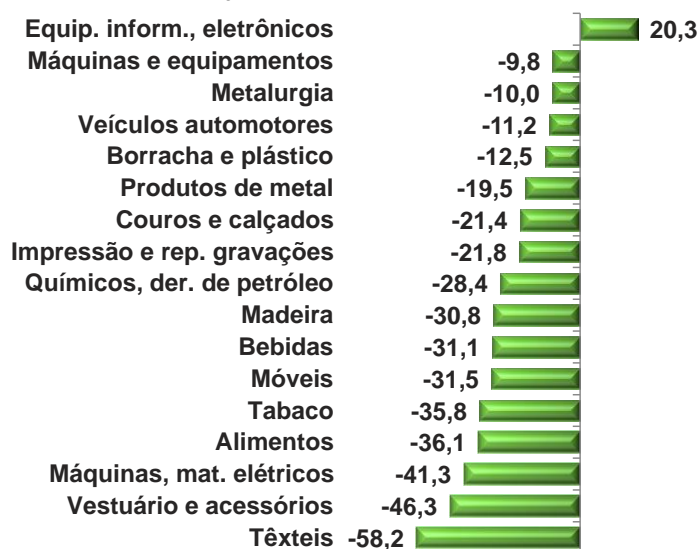
Faturamento real

(Índice de base fixa mensal - Média 2006=100
Com ajuste sazonal)



Faturamento real do RS – Setores

(Variação Maio 2018/Maio 2017 - %)



Fonte: UEE/FIERGS.